

Diário Oficial



Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIX • Nº 18

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 28 de janeiro de 2022

Vacinação no setor público e combate a *fake news* marcam ano da Comissão de Saúde

Projeto aprovado prevê demissão de servidor estadual que deixar de apresentar comprovante de imunização contra a Covid-19

O cenário pandêmico mais uma vez esteve no foco das atenções da Comissão de Saúde e Assistência Social da Alepe. Em 2021, o colegiado dedicou-se especialmente às discussões relativas à vacinação contra o novo coronavírus. Exemplo disso foi a aprovação, em setembro, do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 2661/2021, que tornou obrigatória a imunização de funcionários vinculados direta ou indiretamente ao Estado.

De autoria do Governo de Pernambuco, a proposição deu origem à Lei Complementar nº 458/2021. A norma determina que servidores, empregados públicos, militares de Estado, contratados temporários e prestadores de serviço comprovem o recebimento das doses. Para tanto, eles precisam apresentar o Certificado Nacional de Vacinação, na versão impressa ou no formato web do Conecte SUS Cidadão. A determinação é válida tanto para trabalhadores em atuação presencial quanto no modelo remoto.

Caso deixem de comprovar a imunização ou não apresentem justa causa para a recusa da vacina, os profissionais serão afastados do trabalho, sendo atribuída falta ao serviço até que a situação seja regularizada. Se



FOTO: EVANE MANÇO/ARQUIVO ALEPE

PLANOS - "Vamos permanecer na luta para que seja garantida a assistência à saúde a todos os pernambucanos e pernambucanas", afirmou a deputada Roberta Arraes

houver acúmulo de 30 dias consecutivos, o servidor ficará sujeito à instauração de processo administrativo para apuração de abandono do serviço público.

Outra proposta acatada pelo grupo parlamentar exigiu a divulgação de informações de cunho educativo sobre a vacinação no site da Secretaria Estadual de Saúde. Prevista no Projeto de Lei (PL) nº 2286/2021, a ini-

ciativa foi apresentada pelo deputado Henrique Queiroz Filho (PL) com o objetivo de combater a desinformação sobre as vacinas e, por conseguinte, aumentar o número de imunizados em Pernambuco. A proposta originou a Lei nº 17.654/2022.

Ao todo, a Comissão de Saúde da Alepe discutiu 171 proposições no último ano. Dessas, 168 foram aprovadas.

INVESTIMENTOS

Segundo o secretário estadual de Saúde, André Longo, o Governo do Estado investiu, no segundo quadrimestre do ano, 16,45% da receita corrente líquida no setor. Os recursos ficaram acima dos 12% exigidos pela Lei Complementar Federal nº 141/2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem

aplicados anualmente em ações e serviços públicos da área.

O anúncio desses aportes ocorreu em novembro, durante Audiência Pública em que o gestor apresentou o Relatório de Gestão em Saúde do referido período. Na ocasião, André Longo também fez um balanço das ações de enfrentamento à pandemia, destacando a abertura de 1,8 mil leitos de

UTI para atender casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag) no Estado.

Anteriormente, em junho e abril, o secretário já havia comentado a execução do orçamento da pasta no primeiro quadrimestre de 2021 e no último quadrimestre de 2020, respectivamente. A apresentação desses relatórios à Comissão de Saúde, a cada quatro meses, também é uma exigência da Lei Federal nº 141. "A prestação de contas dos investimentos feitos pelo Governo do Estado evidenciou recorte importantíssimo da interiorização dos serviços de saúde, com a abertura de leitos para atender pacientes de Covid-19", recordou a presidente do colegiado, deputada Roberta Arraes (PP).

A parlamentar elogiou o trabalho da Comissão ao longo de 2021. "Mesmo com a atuação remota em virtude da pandemia, foi um período bastante produtivo", avaliou Arraes, contabilizando a realização de 34 reuniões ordinárias, além de sete audiências públicas "Vivemos um momento bem adverso, mas cumprimos com nossa responsabilidade. Em 2022, vamos permanecer na luta para que seja garantida a assistência à saúde a todos os pernambucanos e pernambucanas", concluiu.

Comissão da Mulher debateu ações de enfrentamento à violência de gênero ao longo de 2021

Foram 53 projetos de lei aprovados no período, muitos deles voltados para a inserção profissional do público feminino

A análise de projetos que assegurem garantias à parcela feminina da população e a promoção de debates a respeito de políticas públicas direcionadas a esse segmento estiveram na pauta das 12 reuniões ordinárias realizadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher em 2021. Nesses encontros, foram distribuídas 130 matérias e aprovadas, ao todo, 53 propostas.

Entre as iniciativas acatadas pelo grupo parlamentar, recebeu destaque, ainda em março, o Projeto de Lei (PL) nº 1630/2020, de autoria da deputada Delegada Gleide Ângelo (PSB). A medida visou alterar a Lei nº 14.357/2011, que instituiu o Programa Governo Presente de Ações Integradas para Cidadania. Com a mudança, as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar passaram a ser incluídas como segmento prioritário da medida, podendo ser contempladas nas políticas de inserção social e produtiva para pessoas em situação de vulnerabilidade.

“Em Pernambuco, apenas em 2019, foram 42.598 registros de violência contra a mulher, com 57 feminicídios confirmados”, observou Gleide Ângelo, na justificativa da proposição. A parlamentar é presidente do colegiado.

Ainda sobre a violência contra o segmento feminino, a Comissão concedeu aval, em maio, ao Programa de Registro de Feminicídio de Pernambuco. Apresentada pela deputada Alessandra Vieira (PSDB), a ação, prevista no PL nº 2028/2021, visa coletar, ordenar e analisar dados desse tipo de crime. O programa busca, ainda, integrar o processo de denúncia, investigação e julgamento com o acolhimento das sobreviventes e de seus familiares.

Por meio da medida, as informações terão de ser padronizadas e sistematizadas. Além disso, deve ser produzido relatório anual com avaliações, indicadores e sugestões de políticas públicas para enfrentar o problema no Estado. “Reunir dados, experiências, iniciativas e análises consoli-

dados é fundamental para que mulheres tenham pleno direito a viver uma vida livre de violência”, argumentou Alessandra Vieira, na justificativa anexada à matéria.

AÇÕES DE GOVERNO

Durante encontro promovido em agosto, o grupo parlamentar recebeu a nova secretária estadual da Mulher, Ana Elisa Sobreira. Na ocasião, a gestora da pasta, que estava no cargo havia apenas três meses, detalhou planos e escutou demandas das integrantes do colegiado por mais investimentos em políticas públicas para defesa da mulher.

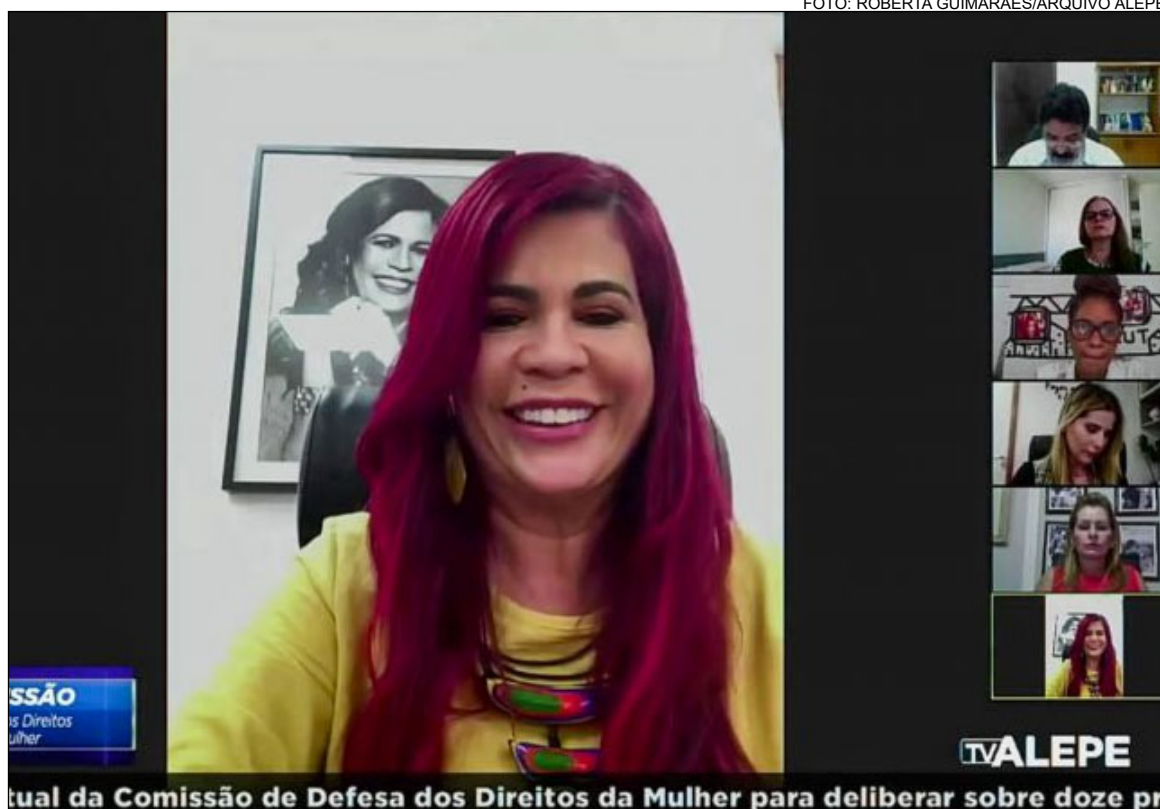
Delegada há 12 anos, Ana Elisa reforçou a importância de agir em rede para que, por meio de todas as esferas de atuação, seja possível chegar aos mesmos objetivos. “Só dessa forma poderemos desconstruir velhos conceitos em torno da figura feminina e, finalmente, proporcionar melhores condições de vida às pernambucanas, principalmente às que são vítimas de violência”, argumentou a secretária, durante a reunião.

POLO TÊXTIL

Em conjunto com a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, o colegiado realizou uma audiência pública, em outubro, para debater medidas de valorização profissional das costureiras do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Na reunião, estudiosas do tema e integrantes de órgãos e entidades de representação denunciaram que a maioria dessas mulheres não têm registro de emprego e só recebem pela quantidade de peças produzidas.

Para combater a precariedade do trabalho dessas profissionais, representantes dos dois grupos parlamentares propuseram como alternativa a organização das costureiras em iniciativas de economia solidária. Além disso, foi acordado o encaminhamento para o Governo do Estado das propostas apresentadas no encontro.

FOTO: ROBERTA GUIMARÃES/ARQUIVO ALEPE



Reunião virtual da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para deliberar sobre doze projetos de lei. DADOS - “Apenas em 2019, foram 42.598 registros de violência contra a mulher, com 57 feminicídios confirmados em Pernambuco”, observou a deputada Delegada Gleide Ângelo

FOTO: EVANE MANÇO/ARQUIVO ALEPE



Reunião virtual da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher com a secretária estadual da Mulher, Ana Elisa Sobreira, para discutir propostas do Governo do Estado

